

FRANKLIN MARTINS



de Brasília

O que é isso, FH?

• Várias vezes disse Fernando Henrique Cardoso que não mancharia sua biografia para aprovar a emenda da reeleição e que não estava disposto a pagar qualquer preço pelo direito de disputar mais quatro anos no Palácio do Planalto. Essas declarações encerravam um duplo compromisso do presidente. Primeiro, não mercadejaria votos no Congresso. Segundo, respeitaria a decisão do Parlamento, mesmo que ela lhe fosse contrária.

Num país em que, nos momentos de conflito, o Executivo costuma tratar desrespeitosamente o Legislativo, combinando a corrupção do toma-lá-dá-cá com as ameaças golpistas, as palavras do presidente foram recebidas com alívio. Deixaram a sensação de que, por mais polêmica e explosiva que fosse a questão da reeleição, ela seria enfrentada dentro de uma moldura moral e política de alto nível.

Mas, a julgar pelo comportamento do Governo na semana passada, está evidente que o presidente e seus conselheiros mais próximos ainda relutam em afastar claramente o balcão de negócios do centro do processo decisório, ao mesmo tempo em que coqueteam com fórmulas políticas que, nessa altura do campeonato, constituem uma tentativa de intimidação do Congresso.

Refiro-me, nesse último caso, à proposta de plebiscito, lançada em tom de ameaça pelo PFL e o PSDB depois que o PMDB, esse acampamento de interesses menores e apetites maiores, passou a mostrar que venderia caro o seu apoio à tese da reeleição. Para surpresa de todos, o presidente, em vez de desautorizar a idéia estapafúrdia, abanou-a com suas es-

capam ao Parlamento, este também deixa de ser o centro da negociação política do país. Quando isso ocorre, outra instância, que geralmente não emana do voto popular, passa a ser o cenário da negociação política — podem ser os quartéis, os palácios dos reis e presidentes, os partidos hegemônicos ou as associações empresariais. A democracia fica, então, comprometida.

Em muitos casos, porém, o plebiscito fortalece, e não enfraquece, o Legislativo e, por extensão, a democracia representativa. Há temas, como divórcio, legalização do aborto etc, que dividem partidos, classes, instituições de tal forma que podem ser tratados de forma menos traumática através da consulta direta ao povo. Nessas circunstâncias, os próprios partidos tendem a optar pelo plebiscito, já que ele cauteriza as feridas abertas pelo debate e dá legitimidade inquestionável à decisão.

Num certo sentido, por exemplo, foi o que se deu, no Brasil, em 1993, com a questão do presidencialismo e do parlamentarismo. Já em 1963, o plebiscito que liquidou com o parlamentarismo cumpriu outro papel: o de tornar potável para as Forças Armadas, que

quisitíssimas declarações sobre a voz rouca das ruas.

Há menos de um mês, o presidente que, na época, julgava que a emenda da reeleição passaria cojm tranquilidade no Congresso, tinha opinião diametralmente oposta sobre o assunto. Para ele, então, o plebiscito deveria ser descartado, porque implicaria diminuição do poder do Congresso. Seria um cesarismo, arrematou FH, usando o conceito da ciência política para a situação em que o Executivo dirige-se diretamente ao povo, passando por cima do Parlamento — a meio caminho entre a democracia e a ditadura.

Na época, tais declarações foram tomadas pelos malufistas e pelas esquerdas, que pregavam a necessidade do plebiscito, como uma racionalização teórica do presidente. Tudo não passaria de palavrório de Fernando Henrique, que preferiria decidir a parada no Congresso, que supunha confiável a seus propósitos, a arriscar-se a uma consulta popular de resultado incerto.

Naquele momento, Fernando Henrique não queria saber da voz das ruas. Os votos do PFL, PSDB e PMDB eram música aos seus ouvidos e lhe bastavam. Só quando começou a lhe faltar apoio no Congresso, é que mudou abruptamente de posição. Terá se rendido às delícias do cesarismo? Ou será que é adversário do cesarismo apenas quando o Legislativo lhe é dócil e não há a tentação de ser como César?

Plebiscitos não são, em princípio, instrumentos que, por si só, fortaleçam ou enfraqueçam a democracia. Tudo depende das circunstâncias políticas. Acionados com frequência, eles tendem a diminuir os poderes do Legislativo e a exacerbar os do Executivo, já que na democracia representativa, o Parlamento não é apenas um fórum de decisão, mas também um terreno de negociação política — negociação, é bom frisar, voltada para produzir decisões. Se/essas últimas es-

havam imposto o sistema de gabinete ao país, a devolução dos poderes presidenciais a João Goulart.

De qualquer forma, numa democracia representativa, o plebiscito não pode ser encarado como um mecanismo que se sobrepõe ao Legislativo, mas como um instrumento acessório e ocasional de decisão, acionado a partir de um amplo acordo entre as forças políticas. Não é esse o caso atual. Poderia ter sido, se, desde o começo, Governo e oposição tivessem chegado à conclusão de que este era o melhor caminho para resolver a pendenga. Não chegaram. Agora é tarde, Inês é morta. Falar em plebiscito no momento quando o Governo tropeça em dificuldades no Congresso, é chantagear o Parlamento, é brincar com o golpismo.

Ninguém sabe como irá terminar a batalha da reeleição. Por isso mesmo, o presidente precisa preparar o seu espírito para o caso de uma derrota — ou, o que é o mesmo, para a possibilidade de que a única vitória possível seja aquela inaceitável para alguém de sua envergadura moral e de sua trajetória democrática.

É legítimo que o presidente peça ao Congresso que aprove a emenda da reeleição. É compreensível ainda que se julgue o político mais preparado para levar à frente as reformas do Estado. Mas, se a derrota vier, o mundo não vai acabar por causa disso. Caberá a Fernando Henrique, então, a tarefa de dirigir as forças políticas que o sustentam para apoiarem um candidato que dê continuidade à sua administração. Maluf não elegeu Pitta? Por que Fernando Henrique não poderia eleger Tasso Jereissatti ou Mário Covas, por exemplo?

Nessa história toda, só duas coisas não poderiam ser remediadas. A primeira seria uma nódoa no padrão moral do Governo; a segunda, um arranhão nas instituições democráticas. Com a biografia e a democracia, não se brinca.

E-mail para esta coluna: franklin@bsb.oglobó.com.br